

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 920.192 MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
RECDO.(A/S) : MIRIAM APARECIDA DE SOUZA
ADV.(A/S) : DAVIDSON DE OLIVEIRA CORRÊA

DECISÃO: Trata-se de agravo interposto contra decisão de inadmissibilidade de recurso extraordinário em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, cuja ementa reproduzo a seguir:

“DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. DEMISSÃO DE SERVIDORA REVERTIDA EM GRAU DE RECURSO ADMINISTRATIVO – ILEGALIDADE – PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS RELATIVOS AO PERÍODO EM QUE FICOU AFASTADA DA FUNÇÃO – DANO MORAL – *QUANTUM* – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

- A dispensa ilegal acarreta para a Administração Pública a obrigação de pagar as parcelas remuneratórias devidas nesses períodos.

- Caracteriza-se dano moral, quando o servidor, por quase um ano, se viu privado do cargo para o qual foi aprovado em concurso público e da respectiva remuneração, em razão de demissão injusta, patente o sofrimento interior.

- A convicção difundida em nossos Tribunais é no sentido de que a fixação do dano moral cabe ao prudente arbítrio do magistrado, que deverá sopesar, dentre outros fatores, a gravidade do fato, a magnitude do dano, a extensão das sequelas sofridas pela vítima, a intensidade da culpa, as condições econômicas e sociais das partes envolvidas, de forma a proporcionar ao ofendido uma satisfação pessoal, de maneira a amenizar o sentimento do seu infortúnio. Estadno adequada a verba arbitrada em Primeira Instância, descabe sua majoração ou redução.

- Quando a causa apresentar pequeno valor ou for vencida a Fazenda Pública, os honorários advocatícios devem ser fixados com base no artigo 20, § 4º do CPC, mediante apreciação equitativa do Juiz, observado o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

- Primeiro recurso não provido. Segundo recurso parcialmente provido.” (eDOC 1, p. 139)

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

No recurso extraordinário, interposto com fundamento no art. 102, III, *a*, da Constituição Federal, sustenta-se, em preliminar, a repercussão geral da matéria deduzida. No mérito, aponta-se ofensa aos arts. 5º, XXXV; 93, IX; e 37, *caput*, do texto constitucional.

Defende-se, em síntese, que houve legalidade da demissão pelo Poder Público. Alega-se que a readmissão do servidor público não se deu por ilegalidade do ato de demissão, mas sim por revogação deste ato, cujos efeitos não são retroativos. Aponta-se que houve reconhecimento de desídia por parte da recorrida.

É o relatório.

Decido.

As razões recursais não merecem prosperar.

Com relação à alegada ofensa ao art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, observo que esta Corte já apreciou a matéria por meio do regime da repercussão geral, no julgamento do AI-QO-RG 791.292, de minha relatoria, DJe 13.8.2010.

Nessa oportunidade, o STF reconheceu a existência de repercussão geral do tema e reafirmou sua jurisprudência no sentido de que os referidos artigos exigem que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem estabelecer, todavia, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas. Eis a ementa do citado precedente da repercussão geral:

“Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral. (AI-QO-RG 791.292, de minha relatoria, Pleno, DJe 13.8.2010)”.

Na espécie, o tribunal de origem apreciou as questões suscitadas, fundamentando-as de modo suficiente a demonstrar as razões objetivas do convencimento do julgador. Dessa forma, verifico que a prestação jurisdicional foi concedida nos termos da legislação vigente, apesar de ter sido a conclusão contrária aos interesses do recorrente. Portanto, não prospera a alegação de nulidade do acórdão.

Por outro lado, colhe-se da decisão do Tribunal *a quo*:

“De fato, o ato que culminou na demissão da autora padece de ilegalidade, sendo evidente a sua nulidade, com efeito *ex tunc*, devendo-se restabelecer a situação anterior aos fatos. (...)”

O fato de não ter havido a prestação de serviços não afasta o direito do requerente, pois também decorreu exclusivamente do ato da Administração Pública, que promoveu sua exoneração. Neste caso, a remuneração não é devida enquanto contraprestação pelos serviços realizados, mas a título de indenização por prejuízos causados à servidora. (...)”

A autora foi injustamente privada dos vencimentos mensais em razão da exoneração ilegal, fazendo jus à respectiva indenização.

Evidencia-se, destarte, que a autora suportou prejuízos por não ter recebido os vencimentos e benefícios a que faria jus pelo exercício do cargo, do qual foi demitida por ato ilegal, sendo cabível a indenização, na forma determinada na r. sentença. (...)” (eDOC 1, p. 146-149)

Para dissentir desse entendimento, far-se-ia necessário reexame do acervo fático-probatório dos autos. Tal providência, todavia, é vedada nesta instância extraordinária, a teor do Enunciado 279 da Súmula do STF. Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:

“Agravos regimentais no recurso extraordinário. Servidor público militar. Exclusão da Corporação. Ato administrativo. Controle judicial. Possibilidade. Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Reexame de fatos e provas. Impossibilidade. Precedentes. 1. Não viola o princípio da separação dos poderes o controle de legalidade exercido pelo Poder Judiciário sobre os atos administrativos. 2. **A Corte de origem, ao analisar o conjunto fático-probatório da causa, concluiu que a punição aplicada foi excessiva, restando violados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.** 3. **Não se presta o recurso extraordinário ao reexame de fatos e provas da causa. Incidência da Súmula nº 279/STF.** 4. Agravo regimental não provido” (RE nº 609.184/RS-AgR, Primeira Turma, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 26/4/13).

“CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. DEMISSÃO. LEGALIDADE. APRECIÇÃO DE MATÉRIA FÁTICA E INTERPRETAÇÃO DA LEI ESTADUAL 5.301/1969. SÚMULAS STF 279 E 280. 1. **Rever a conclusão do Tribunal a quo que concluiu pela legalidade da demissão do autor, precedida de processo administrativo disciplinar, observados os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, envolve, necessariamente, a apreciação de**

matéria probatória e de legislação infraconstitucional. 2. A ofensa aos postulados constitucionais da ampla defesa, do devido processo legal, do contraditório e da prestação jurisdicional, se existente, seria, segundo entendimento deste Supremo Tribunal, meramente reflexa ou indireta. Precedentes. 3. Inexistência de argumento capaz de infirmar a decisão agravada, que deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos. 4. Agravo regimental a que se nega provimento” (AI nº 804.428/MG-AgR, Segunda Turma, Rel^a. Min^a. Ellen Gracie, DJe de 18/8/11).

Ante o exposto, conheço do presente agravo para negar seguimento ao recurso extraordinário (art. 544, § 4º, II, “b”, do CPC).

Publique-se.

Brasília, 7 de outubro de 2015.

Ministro GILMAR MENDES

Relator

Documento assinado digitalmente